



EDUCAÇÃO ESPECIAL: DA TEORIA À PRÁTICA

Lucielley de Castro Koehler¹

RESUMO

O artigo sobre Educação Especial tem por objetivo contribuir com a formação de pedagogos e profissionais de outras áreas (afins ou não), bem como desmistificar o conceito que se tem sobre os portadores de necessidades educativas especiais. Duas vertentes serão abordadas nesse artigo. A primeira é teórica, portanto, histórica. A segunda vertente a ser evidenciada é prática. Relatarei de maneira sucinta minha vivência diária junto a pessoas com deficit intelectual. Por meio de referências bibliográficas de autores como: Ezequiel, Ander-Egg; Sanchez Manzano e Mazzotta, foi possível constatar que o portador de necessidades educativas especiais é um ser consciente e, portanto, agente transformador.

ABSTRACT

This essay is about Handicapped Education and its main goal is to contribute to understanding about the needs of handicapped people. On this essay two lines are described. The first one is mainly based on historical issues. And the second one is based on my own daily experience. Supported by various authors such as Ezequiel, Ander-Egg; Sanchez Manzano and Mazzotta I understood that handicapped people has self-consciousness and are able to interact in society.

¹ Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Exponente.

conjunto de medidas e recursos (humanos e materiais) que a administração educativa coloca à disposição dos alunos com necessidades educativas especiais: pessoas com algum tipo de deficit, carência, disfunção, ou incapacidade física, psíquica ou sensorial, que impeça um adequado desenvolvimento e adaptação. (EZEQUIEL; ANDER – EGG, 1997)

“Conjunto de conhecimentos científicos e intervenções educativas, psicológicas, sociais e médicas, que buscam otimizar as possibilidades de sujeitos excepcionais” (MANZANO, 1992).

É importante notar que a Educação Especial é bastante abrangente e ampla, engloba uma imensa diversidade de necessidades educativas especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais especializados. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida àqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social.

A Educação Especial destina-se aos portadores de necessidades educativas especiais, ou seja, todas as pessoas que precisam de métodos, recursos e procedimentos especiais durante o seu processo de ensino-aprendizagem. São indivíduos portadores de: deficiência sensorial (auditiva ou visual), deficiência motora, deficiência cognitiva, altas habilidades, transtornos psicomotores, doenças crônicas, transtornos de personalidade, autismo, psicoses, Síndrome de Down, deficiência múltipla, inadaptação social, dependência química, dentre outros.

Durante muitos anos a Educação Especial foi encarada de maneira dissociada da Educação Geral. Entretanto, chegaram à conclusão de que a Educação Especial deve ser vista no contexto da Educação Geral, ou seja, o portador de necessidades especiais deve ser atendido no mesmo ambiente que o não portador. Essa tendência contemporânea é denominada Educação Inclusiva, uma vez que o portador de necessidades especiais é inserido em classes regulares de ensino. Afinal, ele é tão digno e merecedor da educação como qualquer outro indivíduo.

É importante observar que cada caso precisa ser analisado em particular, com muita seriedade, pois dependendo da situação geral do indivíduo a inclusão pode não ser a melhor alternativa. Algumas vezes uma tentativa impensada de inclusão pode provocar mais frustração do que satisfação ao portador de necessidade especial, que precisa ter condições mínimas para se adaptar a determinadas realidades. Por exemplo: em uma escola com vários andares, tendo apenas escadas, sem rampas ou elevadores, não seria adequado colocar um portador de paraplegia, que só se locomove em cadeiras de rodas, para estudar em uma classe regular que utiliza uma

sala no quarto andar da escola. Como seria o acesso desse aluno à sala de aula?

Atenção e cautela só tendem a nos ajudar a tomar decisões sábias e positivas no que se refere à inclusão do aluno portador de necessidades especiais na escola regular ou no contexto da educação geral.

A Educação Inclusiva deve ser uma realidade nacional, nas escolas públicas e nas da rede privada de ensino, para que haja realmente um espaço amplo e democrático, destinado a todos, sem discriminações.

O antigo Centro Nacional de Educação Especial, por meio da Portaria 69, de 26 de agosto de 1986, normatizou os seguintes Princípios da Educação Especial:

- Participação - “entendida como envolvimento de todos os setores da sociedade no desenvolvimento das atividades educativas para uma ação conjunta na área de Educação Especial”.
- Integração - “caracterizada como um processo dinâmico e orgânico, envolvendo esforços dos diferentes seguimentos sociais para o estabelecimento de condições que possibilitem às pessoas portadoras de deficiência, com problemas de conduta e superdotadas, tornarem-se parte integrante da sociedade como um todo”.
- Normalização - “definida no sentido de proporcionar às pessoas portadoras de deficiência, com problemas de conduta e superdotadas, condições de vida similares às das outras pessoas, dando-lhes possibilidades de uma vida tão normal quanto possível.”
- Interiorização - “concebida como expansão do atendimento aos municípios do interior, às periferias urbanas e às zonas rurais, estimulando a implantação de novos serviços e valorizando as iniciativas comunitárias relevantes”.
- Simplificação - “definida como a opção por alternativas simples para os processos de ensino-aprendizagem em Educação Especial, sem prejuízos dos padrões de qualidade”.

Embora elaborados há mais de dez anos, esses princípios continuaram norteando as iniciativas atuais em Educação Especial. Na realidade, quando falamos em inclusão estamos considerando também a existência desses princípios. É interessante notar que os mesmos continuaram atuais e necessários à promoção de uma sociedade plural, repleta de diferenças individuais, mas com igualdade de oportunidades.

Inúmeras são as modalidades de atendimento em Educação Especial, que estão de acordo com a realidade do indivíduo portador de necessidade especial, seu potencial e suas limitações, assim como dos recursos do educador e da instituição

escolar, levando em consideração que, muitas vezes, a educação se dá em casa ou em outras instituições. Eis algumas modalidades: Escola Regular, Classe Regular, Escola Especial, Ensino Domiciliar, Classe Hospitalar, Escola Hospitalar, Escola Profissionalizante e Empresa-Escola.

Cada realidade requer uma modalidade de atendimento diferente, ou seja, a Educação Especial atua em função da demanda, do potencial, dos interesses e objetivos do indivíduo a ser atendido.

Por exemplo, um aluno portador de doença renal, precisando se submeter à diálise três vezes por semana, em um hospital distante de sua residência. Por não ter condições financeiras para se deslocar sempre que necessário, reside por um tempo no próprio hospital. Logo, pode participar de uma classe hospitalar existente no local. A necessidade de diálise e de residir no próprio hospital passa ocasionar também uma necessidade educativa especial, cujo atendimento possível é a classe hospitalar.

Uma aluna que precise trabalhar fora para se manter ou ajudar nas despesas familiares pode estudar na própria empresa onde trabalha. É um caso de empresa-escola, onde os funcionários podem estudar.

Quando repetimos o dito popular “é melhor prevenir do que remediar”, não o fazemos à toa. A prevenção pode evitar o surgimento de determinadas deficiências, síndromes, enfermidades, ou, ao menos, minimizar suas consequências.

É tarefa vital da Educação Especial informar sobre a prevenção e encaminhar as pessoas necessitadas aos órgãos competentes para que tenham os atendimentos no âmbito social e da saúde. Quanto mais trabalharmos na prevenção, menos precisaremos atuar no aspecto curativo. Por exemplo, uma gestante que tenha acompanhamento pré-natal, provavelmente, terá, assim como a criança que nascerá, melhores condições de vida antes, durante e até depois do parto. Embora o acompanhamento pré-natal não impeça totalmente o surgimento de determinados problemas, certamente contribuirá bastante para a melhoria das condições pré, peri e pós-natais tanto para a mãe como para a criança.

É preciso também, para que se entenda o processo sócio-histórico da Educação Especial em nossa sociedade, que nós entendamos como ocorreu essa evolução. A Educação Especial no Brasil evoluiu em dois períodos. O primeiro iniciou-se em 1854, quando em 12 de setembro D. Pedro II fundou no Rio de Janeiro o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, hoje “Instituto Benjamin Constant”. Em 1857, D. Pedro II fundou o “Imperial Instituto dos Meninos Surdos-Mudos” que a partir de 1957 passou a chamar-se “Instituto Nacional de Educação de Surdos”. O objetivo desse instituto era profissionalizar meninos surdos-mudos em oficinas de tipografia e encadernação; tricô para as meninas cegas e sapataria, pautação e douração para os meninos cegos.

Nesse período as iniciativas eram oficiais e particulares, porém isoladas, fato constatado na população de 1872, na qual havia 15.848 cegos e 11.595 surdos e somente 35 cegos e 17 surdos eram atendidos.

Somente em 1874 iniciou-se a assistência aos deficientes mentais no Hospital Estadual de Salvador, hoje denominado Hospital Juliano Moreira. Até essa data os deficientes mentais eram segregados socialmente, ficando “escondidos” em suas residências.

No 2o período, que data de 1957 a 1993, as iniciativas passam a ser oficiais e de âmbito nacional por meio das campanhas.

No começo do século XX começaram a ser publicados os primeiros trabalhos científicos e técnicos a respeito da Educação Especial e do tratamento médico-pedagógico desses indivíduos.

Na primeira metade do século XX até 1950 havia 40 estabelecimentos de Ensino Regular (1 federal e 39 estaduais) com atendimento escolar especial para deficientes mentais; 14 estabelecimentos de Ensino Regular (1 federal, 9 estaduais e 4 particulares) para atender a outras deficiências 3 instituições especializadas (1 estadual e 2 particulares) prestando atendimento a portadores de deficiência intelectual e 8 instituições (3 estaduais e 5 particulares) para atendimento a outras deficiências.

Merecem destaque dentre os 54 estabelecimentos de Ensino Regular e das 11 especializadas as seguintes instituições: Colégio dos Santos Anjos de Santa Catarina; Escola Rodrigues Alves do Rio de Janeiro; Sociedade Pestalozzi - Rio de Janeiro; Escola Estadual Instituto Pestalozzi – Minas Gerais e o Instituto de Cegos da Bahia.

A partir de 1950 houve um aumento na impressão de livros em braile com a instalação da imprensa braile na Fundação para o Livro do Cego no Brasil, criada em 1946, hoje denominada Dorina Nowill para cegos, o que lhes possibilitou melhores condições de estudo. Porém, é importante ressaltar que até hoje, somente a Fundação Dorina Nowill (São Paulo) e o Instituto Benjamim Constant (Rio de Janeiro) produzem livros em braile.

Após a 2a Guerra Mundial, foi intensificado o atendimento de reabilitação, devido ao grande número de cegos, mutilados e acometidos de outras deficiências.

A partir da década de 60, devido ao maior incentivo e apoio oferecido pelo governo federal, aumentaram os serviços de reabilitação.

Em 1961, com a homologação da LDB 4024/61, a educação da pessoa com deficiência **deveria** estar integrada ao sistema regular de ensino. Essa integração não aconteceu, pois o atendimento educacional especial ficava sob a responsabilidade de outras instituições particulares subvencionadas pelo governo.

Em 19 de novembro de 1992, após a queda do então Presidente Fernando Collor de Mello, os ministérios foram reorganizados e reapareceu a Secretaria de

DA TEORIA À PRÁTICA

Falar sobre eles é fácil. Conviver com eles é prazeroso. Basta apenas estar “despido” de pré-conceitos socialmente estabelecidos. Só é necessário creditar na capacidade dessas pessoas com eficiência.

A sociedade vigente tem como tendência, cada vez mais, observar a importância do movimento de Inclusão Social, visto que esse movimento busca ir muito além do atendimento aos portadores de deficiência; ele visa um modelo de sociedade.

Por minha convivência diária com portadores de necessidades especiais, posso afirmar que eles estão muito à frente do “nosso tempo”.

Eles não visam a “modelos sociais” e já trazem consigo o respeito ao ser humano. Eles têm a sensibilidade de descobrir que no outro há dignidade humana. Eles não têm pressa. Talvez, porque ao nascer, eles já (na sensibilidade que lhes é peculiar) perceberam um “NÃO” da vida. E que maravilha, na sua inocência não se deixaram abalar...

E dia a dia eles vão driblando as dificuldades com paciência, porém com muita autenticidade. É como se a vida fosse um grande quadro de mosaico. Não existem erros. Apenas acertos. Só é preciso juntar as partes, pois quando as partes se juntam percebe-se que sozinhos não somos ninguém. Com eles é que seremos verdadeiros seres humanos inclusos em um mundo menos mesquinho, hipócrita e capitalista.

REFERÊNCIAS

Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas.

MAZZOTTA, Marcos J.S. São Paulo: Silveira ISBN.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO- **Escola de Educação Especial Vivian Marçal.**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – **Escola de Educação Especial Menino Jesus.**

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Diretrizes Teórico Para Educação Especial:** Documento preliminar Área Física não Sensorial. Curitiba, 1994.

L.D.B. 4024/61